

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Djhulian Mikaela Gomes

A formação na área de gestão da educação no curso de Licenciatura em Pedagogia
da UFRGS (1975–2018)

Porto Alegre

1. Semestre

2018

Djhulian Mikaela Gomes

A formação na área de gestão da educação no curso de Licenciatura em Pedagogia
da UFRGS (1975–2018)

Trabalho de Conclusão apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de
Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial e
obrigatório para obtenção do título
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Beatriz Luce

Porto Alegre

1. Semestre

2018

Djhulian Mikaela Gomes

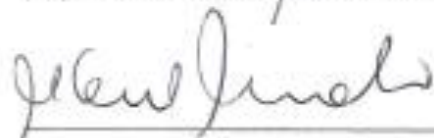
A formação na área de gestão da educação no currículo do curso de
Licenciatura em Pedagogia da UFRGS (1975–2018)

Trabalho de Conclusão apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de
Pedagogia - Licenciatura da Faculdade
de Educação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial e obrigatório para obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 05 de julho de 2018.



Profª Dra. Maria Beatriz Luce



Profª Dra. Maria Goreti Machado



Profª Me. Derlan Trombetta

RESUMO

A pesquisa trata da formação inicial de professores no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este trabalho, vinculado ao Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação, da UFRGS, teve como objetivo analisar o currículo do curso no tocante aos aspectos de formação na área de Gestão Educacional, no período de 1975 a 2018. Os seus objetivos específicos foram: identificar as mudanças apresentadas no currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia e na súmula das disciplinas centradas em política e gestão educacional; analisar as relações entre o estabelecido pela legislação e normas nacionais curriculares e o que constava no currículo e súmula; e contextualizar o conteúdo do currículo e súmula, no que tange a política e gestão da educação, em face das políticas públicas e discussões sobre formação de professores de Educação Básica e gestão educacional. Esta investigação realizou-se por meio de análise documental com abordagem qualitativa e em perspectiva longitudinal, tanto da legislação como dos currículos e súmulas do curso de Pedagogia da UFRGS, relacionadas a política, legislação, organização e gestão da escola de educação básica. Como resultados, destaco: a fragmentação da temática na conjuntura da ditadura militar no Brasil; o impacto da implementação da LDB 9493/96 nas súmulas a partir de 1997; nos anos 1990, a diminuição de disciplinas relacionadas à gestão da escola comparativamente às décadas de 1970 e 1980; e, por fim, que mesmo diante das mudanças no período, de 2007 a 2018, as súmulas tocantes à gestão escolar permaneceram inalteradas.

Palavras-chave: Formação de professores. Curso de Pedagogia. Currículo. Gestão Escolar. Política educacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Amostra do material documental da pesquisa	13
Quadro 1 - Legislação utilizadas na pesquisa sobre formação de professores no Brasil	16
Quadro 2 - Número de disciplinas e créditos na área de políticas públicas e gestão educacional durante o período de 1975-2018	32
Quadro 3 - Disciplinas que abordavam a gestão educacional anos 1975/1976	34
Quadro 4 - Trecho de súmulas do ano de 1997	35
Quadro 5 - Quadro 5 - Súmula da disciplina EDU 03059	38
Quadro 6 - Disciplinas sobre políticas e gestão educacional nos documentos preliminares	40
Tabela 1 - Levantamento de trabalhos acadêmicos nos repositórios digitais do LUME, ANPED e SCIELO	11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CF - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNS - Diretrizes Curriculares Nacionais

FACED - Faculdade de Educação da UFRGS

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LUME - Repositório Digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

SCIELO - A Scientific Electronic Library Online

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Problema, objetivo geral e objetivos específicos	8
1.2 Percurso metodológico da pesquisa	9
2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEPÇÕES E NORMAS	14
2.1 Discussões sobre as normativas educacionais a partir dos anos 1970	14
2.2 Situando o ensino superior: formação inicial	22
2.3 Disputas pela concepção de gestão	24
2.4 A Formação de Professores nos documentos legais vigentes	26
3 ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO EM EDUCAÇÃO: um estudo do currículo do curso e súmulas nos últimos 40 anos	31
4 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	37
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisa a formação oferecida na área de políticas públicas e gestão educacional partindo da problematização do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia¹ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Iniciei meus estudos no curso de graduação, Licenciatura em Pedagogia, no ano de 2014 e o interesse pela temática decorre das experiências que me foram proporcionadas ao longo deste período.

A realização do estudo demandou conhecimento sobre a área de gestão escolar e do currículo do curso. Com esse intuito, me acerquei do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação, na linha de pesquisa “Políticas e Gestão dos Processos Educacionais”² da UFRGS, orientada pela professora Dra. Maria Beatriz Luce. Além da aproximação teórica ao campo, juntamente com o grupo de estudos do qual participei como bolsista de iniciação científica, as discussões e vivências cotidianas no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, como aluna de graduação, me oportunizaram desenvolver um olhar atento para a organização curricular vigente.

Enquanto cursava a graduação, devido à publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da educação básica (Resolução CNE CP N.º 2, de 1.º de julho de 2015), o curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS passou a sofrer movimentos de mudança curricular. As Diretrizes (2015), além de buscarem maior organicidade para a educação nacional, englobam discussões sobre gestão, financiamento da educação, avaliação, valorização dos profissionais para todos os cursos de Licenciatura do país, com o

¹ Durante o período da pesquisa (1975-2018), o Curso de Pedagogia sofreu mudanças em sua nomenclatura. Desta forma, utilizo neste trabalho, ao referir-me ao nome do curso: Licenciatura em Pedagogia. Explícito os demais termos a fim de visualizar tais alterações: nos anos de 1975-1976 o curso era chamado de “Licenciatura em Educação: Magistério e Orientação Educacional; Magistério e Supervisão Escolar; Magistério e Administração Escolar; Magistério e Inspeção Escolar”. A partir de 1985 até 1988 a passou-se a utilizar o termo “Licenciatura em Pedagogia: Magistério para a Pré-Escola; Magistério para as Séries Iniciais”. De 1989-1997, chamou-se “Magistério para a Pré-Escola; Magistério para as Séries Iniciais de I Grau; Magistério das Matérias Pedagógicas do II Grau”. De 2001-2004, mantém-se a mesma organização, porém substitui-se o termo “Pré-Escola” por “Educação Infantil”. Somente em 2007 a nomenclatura definiu-se pelo termo “Licenciatura em Pedagogia”.

² Aproximo esta investigação de trabalhos desenvolvidos no grupo de pesquisa “Políticas e Gestão dos Processos Educacionais”: Destaco o TCC da Caroline Christoff Menezes (2016) sobre o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, as teses de Elena Maria Billig Mello (2010) sobre políticas de valorização e profissionalização dos professores, Paula Trindade da Silva Selbach (2015) sobre desenvolvimento profissional docente e Jeferson Saccol Ferreira (2017) que aborda a qualidade da Educação Superior no tocante aos cursos de Licenciatura em Pedagogia no Brasil.

objetivo de melhoria na formação inicial e continuada no ensino superior. Inserida nessa discussão sobre a alteração do currículo na Faculdade de Educação (FACED), entendi como fundamental o ato reflexivo sobre a organização do curso de Licenciatura em Pedagogia.

A dinâmica própria da organização curricular levou a Comissão de Graduação da Faculdade de Educação (Comgrad-Edu³) a iniciar uma discussão com vistas a modificações profundas no curso, já no ano de 2013. O movimento dentro da FACED da UFRGS para a alteração do currículo, incluiu aulas abertas, com participação de alunos e professores, reuniões gerais de professores, reuniões de alunos, reuniões da Comgrad-Edu com professores agrupados por áreas de conhecimento, além de discussões e ajustes feitos pelo próprio colegiado. Para análise e discussão das normativas e do currículo, os chamamentos para as reuniões ocorreram a partir de e-mails eletrônicos oficiais vinculados à Universidade.

A última alteração curricular no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ocorreu em 2007 para se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia - Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006 - que visa "preparar a/o pedagogo/a para o trabalho pedagógico da docência e da gestão educacional" (PPC, 2007, p. 1). Segundo Freitas (2003), estes movimentos de mudança curricular nos cursos, a partir das DCN para o curso de Licenciatura em Pedagogia (2006), resultam de um consenso liderado pelas entidades da área – principalmente, ANFOPE, ANPED, ANPAE - , no sentido de superar a fragmentação entre licenciatura - formação de professores - e bacharelado - formação dos educadores/ cientistas da educação. Cabe destacar que outras mudanças curriculares anteriores às DCN (2006), para o curso de Licenciatura em Pedagogia, ocorreram a partir do estabelecimento de normativas, como em 1997, na sequência da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação nº. 9.394/96 e também com a Constituição Federal (CF), em 1988.

As constatações e experiências deste momento do curso me oportunizaram o interesse por esta temática de pesquisa, ao pensar os nexos entre ensino-pesquisa e teoria-prática no currículo, ou mesmo a formação de professores com todos os seus elementos devidamente interligados numa relação dialética para refletir sobre seu

³ As informações referentes à mudança curricular no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, são oriundas das trocas de e-mails oficiais entre a Comgrad Edu e a comunidade de discentes e docentes, a respeito dos documentos preliminares – Resolução nº 01/2018, Exposição de Motivos e PPC do curso – bem como agendamentos de reuniões e informações oficiais.

conteúdo. Gauthier (1998) argumenta que pouco se sabe sobre os acontecimentos particulares ao ensino. Conforme o autor, ao “contrário de outros ofícios que desenvolveram um *corpus* de saberes, o ensino tarda a refletir sobre si mesmo” (GAUTHIER, 1998, p. 20). Por isso, acredito ser imprescindível, enquanto educadores, problematizar questões referentes ao nosso próprio campo de estudo: a educação.

O texto do presente trabalho está composto da seguinte maneira: introdução, na qual detalho a temática, o interesse de pesquisa, os objetivos geral e específicos, e o percurso metodológico; seção dedicada aos referenciais, texto em que discuto as concepções e normas para a formação de professores no tocante aos estudos sobre a legislação para a formação de professores de Educação Básica e normas curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, situando a relação entre ensino superior e formação inicial, bem como as disputas pela concepção de gestão; na sequência, as análises obtidas a partir do estudo do currículo do curso e da súmula das disciplinas relacionadas à gestão educacional; e, por fim, as conclusões e perspectivas.

1.1 Problema, objetivo geral e objetivos específicos

Assim, comecei a estudar a formação na área de gestão⁴ educacional, prioritariamente a formação inicial dos docentes no curso de Licenciatura em Pedagogia, a partir do seguinte problema de pesquisa: - Como o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS abordou, dos anos de 1975 a 2018, a formação em gestão da educação?

Este problema remete-me a Cunha (2014, p. 792), ao pensar de que forma “a reflexão sobre a formação de professores é subsidiária das compreensões políticas da educação”. As propostas para a formação inicial de professores têm se relacionado às posturas político-teóricas que as sustentam, a cada período histórico.

Empenhei-me em aprofundar o problema, tendo como objetivo geral: analisar o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS no tocante à formação em gestão da educação no período de 1975 a 2018. Seguido dos objetivos específicos:

⁴ O conceito de Gestão da Educação surgiu durante o período pesquisado, antes Administração da Educação – anos 70 e 80 – passa a Gestão Educacional. Assim, para esclarecimento, utilizo o termo Gestão Educacional ao longo do texto a fim de estabelecer um padrão na escrita.

- Identificar as mudanças apresentadas no currículo do curso de Pedagogia e na súmula das disciplinas centradas em política e gestão educacional;
- Analisar as relações entre o estabelecido pela legislação e normas nacionais curriculares e o que constava no currículo e súmula; e
- Contextualizar o conteúdo do currículo e súmula, no que tange a Política e Gestão da Educação, em face das políticas públicas e discussões sobre formação de professores de Educação Básica e gestão escolar.

Partindo do pressuposto de que as definições de uma produção científica não conseguem ser ideologicamente neutras, pois estas apresentam um olhar de mundo e de objetivos a serem alcançados (MINAYO, 1994), estes objetivos não surgem por acaso. Uma revisão da história da formação docente, da gestão escolar e das políticas educacionais, no Brasil, nas cinco últimas décadas permite observar os movimentos e discussões entre perspectivas distintas e muitas vezes antagônicas. E, logicamente, sua projeção nos currículos universitários.

1.2 Percurso metodológico da pesquisa

O percurso metodológico foi traçado na perspectiva longitudinal de análise documental em abordagem qualitativa. Conforme Lüdke e André (1986), a pesquisa documental “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 47). As autoras destacam exemplos de documentos, como: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, etc.

Sobre o caráter qualitativo, Moraes (2003) argumenta que o objetivo deste modelo metodológico de pesquisa tem a intenção de promover a compreensão sobre determinado objeto, assim “a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação” (MORAES, 2003, p. 192). O estudo longitudinal, por sua vez, conforme as análises de Giraldi e Sigilo (2016) apontam que esta metodologia de pesquisa se vale de períodos de tempo que são determinados conforme as peculiaridades do fenômeno e cada pesquisa, tendo foco nos processos de mudanças sociais. Para as autoras, as principais contribuições do estudo longitudinal seriam: “a análise da duração de

eventos, reflexões sobre estabilidades e mudanças de um período a outro, a descrição de padrões, a identificação de efeitos a longo prazo e conexões entre eventos que são separados no tempo” (GIRALDI, SIGILO, p. 6).

Pode-se então, com tais pressupostos teóricos que ajudam a explicar a pesquisa qualitativa de caráter documental e longitudinal, chegar à conclusão, com o auxílio de Pimentel (2001), que esta pesquisa,

baseada em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta (PIMENTEL, 2001, p. 180).

Para que o objeto de pesquisa pudesse ser aprofundado e interpretado, valendo-me das palavras de Pimentel (2001), tornou-se necessário escolher, após a temática, os documentos e referenciais que seriam analisados. Segundo ECO (1997), fazer uma pesquisa significa:

(1) escolher um tema preciso; (2) recolher documentos sobre esse tema; (3) pôr em ordem esses documentos; (4) reexaminar o tema com primeira mão, à luz dos documentos recolhidos; (5) dar uma forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) proceder de modo que quem lê perceba o que se quer dizer e fique em condições, se for necessário, de voltar aos mesmos documentos para retomar o tema por sua conta (ECO, 1997, p. 31).

Desta forma, após a definição da problemática e delimitação do objetivo de pesquisa, realizei buscas na literatura com as palavra-chave: currículo, formação inicial de professores, gestão da escola, políticas da educação, gestão democrática nas plataformas *online* de publicações de trabalhos acadêmicos: LUME, ANPED, SCIELO. Evidencio, na Tabela 1, o levantamento da quantidade de publicações obtidas nestes três repositórios.

Tabela 1 - Número de trabalhos acadêmicos nos repositórios digitais LUME, ANPED e SCIELO segundo as temáticas escolhidas

Temática	LUME	ANPED	SCIELO	Total de trabalhos relacionados
Currículo do curso de pedagogia	5.543	6	42	5.591
Formação inicial de professores	6.649	33	22	6.704
Gestão da escola	3.349	15	381	3.745

Políticas da educação	15.488	124	2.379	17.991
Gestão democrática da escola	5.737	7	32	5.776

Fonte: LUME; ANPED; SCIELO. Acesso em 05. fev. 2018. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>; <http://www.anped.org.br>; <http://scielo.br>.

Pode-se perceber por meio da Tabela 1 que as três plataformas apresentam um grande número de documentos. A palavra-chave “políticas educacionais” teve maior destaque, com aproximadamente dezoito mil publicações. Já a palavra-chave “currículo do curso de pedagogia” teve a menor incidência nas pesquisas, com aproximadamente cinco mil trabalhos publicados.

O repositório digital LUME teve destaque neste levantamento pela quantidade de trabalhos indexados para esta área, embora não tenha me deparado com uma quantidade expressiva de trabalhos na mesma linha de problematização que este. Os trabalhos encontrados que mais se aproximaram da minha temática envolviam a formação inicial de professores no curso de Pedagogia de um modo mais geral. Destaco, neste contexto, duas pesquisas encontradas durante as buscas aos repositórios digitais, no repositório LUME a pesquisa tem por título: “A gestão democrática escolar na formação inicial de professores: os conhecimentos construídos nas licenciaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, dissertação defendida na UFRGS, escrita por Pereira (2015). No repositório SCIELO destaco a pesquisa de Barbosa e Abdian (2013), intitulada: “Gestão escolar e formação do pedagogo: relações e implicações a partir da análise de projetos político-pedagógicos de universidades públicas”.

A leitura destes e outros trabalhos encontrados nesta busca oportunizou-me aproximação com obras que considerei referenciais nesta pesquisa. Ao me referir aos conceitos de formação inicial de professores, me amparo nos estudos de Gatti (2010), Nóvoa (1992), Cunha (2014), Lück (2000), Almeida e Biajone (2005), Souza (2008), Saviani (1986) e Freitas (2002); para abordar as discussões no campo de estudos da legislação e normas nacionais curriculares referentes à educação, utilizei as pesquisas de Ferreira (2006), Scheibe (2007), Barbosa e Abdian (2013), Lima (2014) e Dourado (2015).

Visando entender como se dá a formação na área de políticas e gestão educacional no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, me detive a analisar

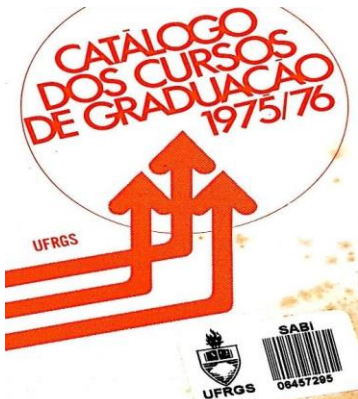

o currículo e súmula das disciplinas relacionadas a políticas, organização e gestão da escola e da Educação Básica, ao longo do tempo. A fim de localizar e obter acesso ao currículo e súmula do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, organizei as buscas pelo tempo histórico. O acervo da Biblioteca Central da UFRGS, localizada no Campus Centro, disponibilizou o currículo e súmula datados de 1975 a 2004, para acesso dentro do espaço. Para a utilização destes documentos nas análises da pesquisa, realizei naquele local um processo de digitalização de todos as páginas selecionadas.

O currículos e súmula, datados de 2007 a 2018, encontram-se disponíveis em *online*⁵, para acesso público, no portal eletrônico da UFRGS. Após a coleta do material, passei para a etapa de transcrição do material digitalizado para um documento em formato de quadro, de modo a analisar ano a ano o conteúdo. Com este documento foi possível fazer comparações, verificar similaridades e diferenças, aproximações e discussões, sobre o conteúdo, ao largo do período.

Para exemplificar o trabalho realizado nesta etapa da pesquisa, apresento, em formato de imagem (Figura 1), excertos do material documental original. O modelo do quadro produzido consta no apêndice do presente volume.

⁵ Súmula e Currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, de 2007-2018, utilizadas na pesquisa, acesso de caráter público. Acesso em 21/05/2018. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=341.

Figura 1 - Amostra do material documental da pesquisa

EDU329 — ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS - Estudo a organização estrutural e funcional do ensino de 1º e 2º graus, em nível de micro e macrosistema, a partir de fundamentos legais, técnicos e administrativos, envolvendo informações teóricas e atividades práticas de coleta e tratamento de dados da realidade escolar. - CBE:45 em EDU37; 4/4; Cursos: 290.6; 046.1; 287.0; 045.0; 144.5; 064.2; 161.2; 162.2; 011.1; 011.2; 113.2; 180.1; 180.2; 180.3; 180.4; 110.2; 267.1; 267.2; 162.0; 183.7)

CURSO 063 — LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO Base legal: Parecer 251/62, 252/69 CFE

CÓDIGO	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITOS		C/H	CBE	CARACTER
		1	2			
	MATRICULA 01					
BIO351	FISIOLOGIA I	X	X		05 05	OBRIGATORIA
HUM460	INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA	X	X		04 04	OBRIGATORIA
HUM464	ESTUDO DE PROBL. BRASILEIRAS I	X	X		02 02	OBRIGATORIA
LET180	LÍNGUA PORTUGUESA I	X	X		06 06	OBRIGATORIA
MAT111	INTRODUÇÃO A MATEMÁTICA	X	X		04 04	OBRIGATORIA
	MATRICULA 02					
BIB124	INTRODUÇÃO A DOCUMENTAÇÃO	X	X		04 04	ELETIVA
BIO359	FISIOLOGIA II	X	X	BIO351	05 05	OBRIGATORIA
EDU101	EVOLUÇÃO DA ESCOLA BRASILEIRA	X	X		03 03	ELETIVA
EDU104	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO	X	X		04 04	OBRIGATORIA
EDU115	EDUC. NA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	X	X		04 04	OBRIGATORIA
EDU122	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I	X	X		04 03	ELETIVA
HUM404	PRÁTICA DESPORTIVA I	X	X		02 02	OBRIGATORIA
HUM404	SOCIOLOGIA I	X	X	HUM180 D HUM460	04 04	OBRIGATORIA
MAT113	MATEMÁTICA I	X	X	MAT111	04 04	ELETIVA
	MATRICULA 03					
EDU114	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	X	X		04 04	OBRIGATORIA
EDU116	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	X	X		04 04	OBRIGATORIA
EDU120	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	X	X		04 04	OBRIGATORIA
EDU123	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II	X	X	EDU122	04 04	OBRIGATORIA
EDU124	BÍBL. DA EDUC. E MEG. ESCOLAR I	X	X		04 03	ELETIVA
EDU131	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO	X	X		04 04	ELETIVA
EDU301	INT. AOS MET. E TEC. PESQ. PEDAGÓGICA	X	X		03 03	OBRIGATORIA
HUM110	PRÁTICA DESPORTIVA II	X	X		02 02	OBRIGATORIA
HUM110	MÉT. DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I	X	X		06 06	ELETIVA
	MATRICULA 04					
EDU104	EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL	X	X		02 02	ELETIVA
EDU111	EDUCAÇÃO E SUCESSO SOCIAL	X	X		03 03	ELETIVA
EDU117	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	X	X	EDU116	04 04	OBRIGATORIA
EDU119	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	X	X	EDU116	04 04	OBRIGATORIA
EDU121	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	X	X	EDU120	04 04	OBRIGATORIA
EDU130	BÍBL. DA EDUC. E MEG. ESCOLAR II	X	X	EDU129	03 03	ELETIVA
EDU131	ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO I	X	X		04 04	OBRIGATORIA
EDU315	MÉT. E TEC. DE PESQ. PEDAGÓGICA I	X	X	EDU301	03 03	OBRIGATORIA

Fonte: Currículo e súmula do Curso de Licenciatura em Pedagogia ano de 1975/1976 localizados na biblioteca central - Campus Centro UFRGS. Acesso em 05.fev.2018.

Esclareço que a definição do período histórico foi devido às limitações de acesso aos documentos que seriam de interesse para a análise pretendida, pois o acervo da Biblioteca Central da UFRGS não dispõe de documentos com data anterior a 1975, nem estes estão com uma organização cronológica.

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEPÇÕES E NORMAS

As discussões sobre o campo da formação inicial de professores e o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia tem sido parte de um amplo debate que ganhou forças a partir dos anos de 1970. Com o objetivo de aprofundar a compreensão do campo, esta seção foi organizada em quatro eixos: (1) as normativas educacionais a partir dos anos 1970; (2) o ensino superior no que tange à formação inicial de professores; (3) a concepção de gestão durante os últimos 40 anos; e, por fim, (4) a formação de professores nos documentos legais vigentes.

2.1 Discussões sobre as normativas educacionais a partir dos anos 1970

As normativas educacionais estabelecidas no período focalizado, de 1975 a 2018, sofreram alterações conceituais em relação às concepções de currículo e de gestão, ensejando um estudo sobre as discussões teóricas a respeito da legislação para a educação de modo a ampliar o entendimento sobre tais demarcações.

O campo de estudo sobre as normativas educacionais vem ganhando maior visibilidade a partir da década de 1970, impulsionado pela organização dos profissionais desta área e suas pautas, associadas a movimentos sociais de inclusão e combate às desigualdades no acesso à escola e aos níveis mais elevados do ensino. De outra parte, este campo tem sido também fortemente influenciado por ideias e instrumentos políticos e econômicos do processo de globalização – notadamente, por postulados de organismos internacionais acerca do financiamento, da avaliação e da regulação nas políticas nacionais de educação.

No quadro geral do movimento de democratização no país, os educadores trouxeram contribuições para a forma como se olha a escola e sua vinculação com a organização da sociedade, os objetivos da educação; e como a escola se prepara para tal (FREITAS, 2002).

Abordo nesta seção tais aspectos tendo como base autores como Freitas (1999, 2002), Gatti (2010), Dourado (2007) e Saviani (2009), quando sustentam as discussões referentes às normativas educacionais estabelecidas e suas relações com os estudos sobre a formação de professores no Brasil. Atualmente, no Brasil, as entidades da área, principalmente ANFOPE, ANPAE e ANPED, vêm estimulando e disseminando

pesquisas que promovem o debate e a institucionalização de direitos e deveres para a democratização da/na educação.

Segundo Freitas (2002), os debates sobre as políticas de formação de professores no Brasil convocam o movimento dos educadores a uma trajetória dirigida à reformulação política dos cursos de formação dos profissionais da educação. Para a autora, no quadro das políticas neoliberais as reformas educacionais e a educação como um todo tornaram-se um elemento facilitador dos processos de acumulação capitalista. Tais reformas vêm sendo implementadas em nosso país e noutros, particularmente da América Latina, desde o final da década de 1970, com o objetivo de “adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado” (FREITAS, 2002, p. 17); neste sentido, vêm reafirmando a centralidade da formação dos profissionais da educação para neste novo contexto.

Assim, a educação em geral e, de modo especial a Educação Básica, juntamente com a formação de professores, passaram a fazer parte das discussões e discursos de amplos setores da sociedade, se traduzindo em ações e políticas do Ministério da Educação (FREITAS, 2002). Para a autora, a organização da ANFOPE, a partir de 1983, contribui para estas discussões, construindo coletivamente uma concepção sócio-histórica de educador em contraposição ao caráter tecnicista e conteudista que caracterizava as políticas de formação de professores para a Educação Básica no Brasil daquele momento.

Ao abordar, nesta escrita, a legislação referente à educação e formação de professores, achei necessário delimitar quais as normativas seriam objeto do meu estudo. Embasaram as discussões a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Resolução CNE/CP nº 1/2006 de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e a Resolução CNE/CP nº 2/ 2015 de Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial dos cursos de licenciatura em curso superior e formação continuada.

O Quadro 1 mostra o conjunto dos referenciais normativos do presente estudo.

Quadro 1 – Legislação sobre formação de professores no Brasil utilizada como referencial da pesquisa

Ano	Legislação utilizada
1971	No dia 11 de agosto, o Decreto-Lei 5.692/71 define as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1988	Aprovação da Constituição Federal, no dia 05/10/1988.
1996	Aprovação da a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.
2006	Instituição da Resolução CNE/CP nº 1/2006 de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
2015	Resolução CNE/CP nº 2/ 2015, de Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial nos cursos de licenciatura e para a formação continuada.

Fonte: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692/71; Constituição Federal de 1988; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia Resolução CNE/CP nº. 1; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Resolução CNE/CP nº. 2. Acesso em 04.abril.2018.

A análise das normativas educacionais implantadas antes de 1975 permitiram perceber a estrutura curricular determinada pelo governo da época. O Decreto-Lei nº 5.692/71 fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, estabelecendo que o objetivo geral a de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para a cidadania. O atual Ensino Fundamental corresponde ao então Ensino de 1º Grau, que tinha apenas 8 anos de duração, e o Ensino Médio ao 2º Grau. Nesta Lei ficou estabelecida as habilitação mínima para docentes atuarem nas diferentes séries escolares, ainda sem exigência de curso superior para professores das séries iniciais do 1º grau e considerando a possibilidade de pessoas sem qualquer formação especializada exercerem funções de magistério, em contextos menos providos.

O curso de Pedagogia, institucionalizado no Brasil em 1939, visava principalmente a formação de professores para as escolas normais, que então formavam os professores primários – ou seja das séries iniciais do I grau, depois do Ensino Fundamental -, e de especialistas para as atividades de coordenação das redes e dos estabelecimentos de ensino. Conteúdos hoje incluídos na área de Política e Gestão da Educação já faziam parte do currículo, como a disciplina de Administração Escolar. Em 1962, no Parecer nº 251 do Conselho Federal de Educação, são feitas algumas alterações curriculares e é apontada a fragilidade do curso que formava licenciados e bacharéis em Pedagogia. Por esta razão, na trilha da reforma universitária de 1968, o Conselheiro Valnir Chagas retoma a questão e conduz a uma reformulação

do curso, no Parecer nº 252, de 1969, que o fixa como Licenciatura com habilitações opcionais para o Magistério das disciplinas pedagógicas no curso normal de II grau e para a formação e especialistas em Orientação, Supervisão, Administração e Inspeção Educacional. Uma das principais referências a este período curricular, segundo Saviani (2009), foi a organização e a implantação dos Cursos de Pedagogia como Licenciatura, a consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971) e a substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).

Paralelamente a estas mudanças, desencadeou-se a partir de 1980 um amplo movimento pela reformulação dos cursos de Pedagogia e as demais licenciaturas com a adoção do princípio da docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação. À luz desse princípio, a maioria das instituições tendeu a situar como atribuição dos cursos de Pedagogia a formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino de I grau (Saviani, 2009).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o curso de Pedagogia passou a ser desenhado a partir da concepção ampla, apontada por Dourado (2007), de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação. Para Oliveira (2004) o contexto das reformas educacionais dos anos 1980, ligado ao movimentos que impulsionaram a gestão democrática, é marcado pela garantia da participação da comunidade na escola, nos processos decisórios a partir da exigência legal, no art. 206 da Constituição Federal da República. Libâneo e Pimenta (1999) já haviam explorado os assuntos referentes à gestão em suas pesquisas ao argumentarem que:

a posição que temos assumido é a de que a escola pública necessita de um profissional denominado pedagogo, pois entendemos que o fazer pedagógico, que ultrapassa a sala de aula e a determina, configura-se como essencial na busca de novas formas de organizar a escola para que esta seja efetivamente democrática. A tentativa que temos feito é a de avançar da defesa corporativista dos especialistas para a necessidade política do pedagogo, no processo de democratização da escolaridade (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999, p. 240).

Desta maneira, entende-se que as discussões sobre a gestão democrática na escola derivam de uma concepção política que surgia nesta época, na qual, conforme os autores, o papel do pedagogo perpassa o fazer pedagógico, a docência, necessitando de entendimento reflexivo político para a efetividade da democracia.

Segundo Saviani (2009), o quadro de mobilização dos educadores alimentou a expectativa de que, findo o regime militar, o problema da formação docente no Brasil seria melhor equacionado. Para o autor, a LDBEN 9.394/96 tornou-se um marco no campo político da educação, pois a partir deste documento tornou-se possível presenciar mudanças curriculares e estruturais. Saviani (2009) apresenta em suas pesquisas as principais normativas estabelecidas a partir da LDBEN 9.394/96 para os cursos de licenciatura, resumidamente: o estabelecimento da formação para a Educação Básica em universidades e Institutos Superiores de Educação – Curso Normal Superior e licenciaturas, programa de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior, programas de educação continuada -, cursos de graduação e pós-graduação para formar profissionais da educação.

A nova organização para os cursos de Licenciatura em Pedagogia gerou muitos debates acerca da inserção do Curso Normal Superior, pois para teóricos como Freitas (1999) retoma a formação de especialistas e conseqüentemente traz à tona as então superadas habilitações, apresentando-se como um retorno ao modelo tecnicista de educador.

Outro aspecto abordado por Saviani (2009) foi a retomada dos termos referentes à gestão democrática na educação. O Art. 3º. da LDBEN 9.394/96 estabelece dentro dos princípios para o ensino, no parágrafo VIII, a gestão democrática do ensino público, na forma de lei e legislações dos sistemas de ensino. O Art. 14º complementa ao definir que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público de acordo com as suas peculiaridades e com os seguintes princípios: “I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (Brasil, 1996).

Apenas em 2006, por meio da resolução CNE/CP nº 1, entram em vigor as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Pedagogia, promovendo a uma mudança na estrutura dos cursos que estava em vigência até aquele momento. Uma das principais mudanças no curso foi o fim da fragmentação da formação entre bacharelado e licenciatura. Com as novas diretrizes os licenciados em Pedagogia passam a ser habilitados para o magistério na educação infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na EJA correspondente a esta fase, tendo também formação para a gestão da escola.

Ferreira (2006) esclarece que o CNE, ao instituir as DCN nº6 para o curso de graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006, definiu “princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação pelos órgãos do sistema de ensino e pelas instituições de educação superior no país” (FERREIRA, 2006, p. 1334).

Assim, para o curso de licenciatura em Pedagogia, no artigo 3º, parágrafo único, fica declarado que na formação do licenciado em Pedagogia é central:

- I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. (CNE/CP nº. 1. de 2006)

Destaco o inciso III, que aponta a centralidade, na formação do futuro docente, da sua qualificação para a participação na gestão da escola, assim como os conhecimentos referentes à organização e ao funcionamento da mesma. Já o Artigo 4º, parágrafo único, aprofunda sobre o papel do gestor da educação básica. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Scheibe (2007) discutiu a importância de estarem presentes nas Diretrizes CNE/CP nº. 1/2006 explicitações sobre as áreas de serviço e apoio escolar voltadas para a organização e gestão da escola, bem como as atividades de produção do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional. Para a autora, a presença desses termos dentro das DCN (2006) valoriza o papel do professor que atua na gestão escolar. Lück (2000) adiantava-se a este pensamento ao salientar que “o trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes” (LÜCK, 2000, p .29) .

O Artigo 5º das DNC (2006), incisos XI, XII e XIII, vem ao encontro do que Lück (2000) aborda sobre as “múltiplas competências”, colocando como diretriz que o egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia esteja apto à:

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

Barbosa e Abdian (2013), referindo-se ao texto das Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CP nº 1 de 2006, argumentam e criticam o texto por uma visão de secundarização da gestão escolar, ao prescrever que cabe ao licenciado “participar” na gestão. Para as autoras, o termo participação oferece margem a várias interpretações e não deixa claro o caráter de responsabilidade que envolve o ato de gerir, administrar e conduzir os processos educacionais, pois as condições de trabalho implicam nas condições de participação.

A discussão teórica da gestão deve dialogar com as práticas cotidianas de uma escola democrática. Nesse sentido, no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), havia movimentos por parte das entidades da área e da Comissão Bicameral em busca de maior organicidade para a formação inicial e continuada de professores e por uma concepção de formação pautada nas “relações teóricas e interdisciplinares em educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) e nas áreas específicas de conhecimento científico quanto pela relação entre teoria e prática como centro do princípio educativo” (DOURADO, 2015, p. 301).

Com efeito, o parecer CNE/CP nº. 2 de 2015, indica que “na última década, vários movimentos se efetivaram direcionados a repensar a formação de profissionais do magistério da educação básica, incluindo questões e proposições atinentes à formação inicial e também em relação à formação continuada” (BRASIL, 2015, p. 6).

De acordo, Dourado (2015), relator desta matéria, tais mudanças organizacionais tiveram um importante apoio da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 e 2014, para a articulação do Sistema Nacional de Educação com políticas de formação e valorização dos profissionais, bem como ao reafirmar uma base comum nacional para os currículos de formação inicial e continuada de professores

para a Educação Básica, pautada nas concepções de uma formação sólida teoricamente e interdisciplinar em cursos de Licenciatura. Para o autor, as novas Diretrizes (CNE/CP nº 2/2015) sancionam concepções fundamentais para a melhoria da formação inicial e continuada para o magistérios.

Os princípios norteadores da base comum nacional para a formação inicial e continuada, que devem ser articulados nos currículos dos cursos de Licenciatura, são:

a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação (DOURADO, 2015, p. 305).

Destaco, o princípio da gestão democrática na formação inicial e continuada dos cursos de Licenciatura, que até então só tinha sido explicitado aos cursos de Licenciatura em Pedagogia. A partir das DCN (2015), este princípio passa a ser vigente para todas licenciaturas, preconizando o estudo e a efetividade da gestão democrática nas escolas públicas em todas as esferas do trabalho docente.

Além destes princípios, outros aspectos destacados pelo autor remetem à construção de um currículo que seja significativo e identitário para o educando, pautado nos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia. De acordo com o parecer normativo, que prevê a formação inicial e continuada dos licenciados,

O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir: I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica; III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica. (CNE/CP nº 02/2015, no capítulo III, art. 7º)

Desta forma, para que se torne possível tal currículo na educação básica, as DCN (2015) preveem uma concepção articulada de formação inicial e continuada, definindo que as instituições formadoras institucionalizam projeto de formação com identidade própria, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e PPC. Nessa direção, vale considerar que

As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC). (CNE/CP nº 02/2015, art. 1º, par. 2º)

Dourado (2015) destaca desafios que se colocam prioritariamente ao campo da formação e que tal envolve os entes federados, os sistemas de ensino, as instituições, os fóruns permanentes de apoio à formação dos profissionais da educação, as entidades científico-acadêmicas, e em especial, as instituições que se encarregam da formação na perspectiva de propostas e projetos mais orgânicos para a formação inicial nos cursos de licenciatura e também de formação continuada.

Percebe-se, por meio do levantamento das normativas e suas discussões teóricas, que ocorreram muitas mudanças políticas, econômicas e sociais no período pesquisado. Desse modo, as transformações ocorridas estiveram inseridas em contextos de disputas políticas e conceituais e conseqüentemente as estruturas organizacionais da educação refletem nas políticas de formação de professores.

2.2 Situando o ensino superior: formação inicial

Após levantar alguns aspectos referentes às normativas educacionais no período da pesquisa e a inserção da área de gestão da educação na formação de professores da Educação Básica, passo a situar a questão na formação inicial dos docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, isto é na Licenciatura em Pedagogia. Assim, nesta seção apresento estudos que ampliam o olhar sobre as dinâmicas ocorridas e as concepções implicadas, partindo do específico sobre a gestão educacional.

A década de 1970 foi cristalizadora para as discussões sobre a formação de professores. “O essencial das referências teóricas, curriculares e metodológicas, que inspiraram a construção recente dos programas de formação de professores, datam deste período” (NÓVOA, 1992, p. 7). No Brasil, esta época foi marcada pelo ápice da

ditadura militar e o projeto de modernização conservadora da economia. Com efeito, a modernização acionou os mecanismos mais eficientes de controle, “eliminando ou diminuindo os perigos da integração social dos trabalhadores e a visão crítica dos sujeitos” (ROMANELLI, 1984, p. 195).

Embora as demandas estudantis de democratização do acesso e do governo das universidades já se expressassem há bastante tempo, somente em 1968 é que as primeiras medidas legais para a reforma do ensino superior surgiram, porém ineficientes para os problemas da época (ROMANELLI, 1984). De fato, a reforma era endereçada a enfraquecer a atuação crítica da universidade frente ao regime, como por exemplo, ao Decreto n.º 477, de 11 de fevereiro de 1969, que visava à contenção dos protestos estudantis que lutavam por maior oferta de vagas dentro das universidades públicas. Para a autora, o tipo de modelo econômico implantado na época não tinha interesse em um sistema de ensino superior com excelência para amplos setores da população, pois visava à mão de obra barata com qualificação suficiente para a incipiente industrialização dependente. Para isto, a escolarização poderia ser de baixo-nível e a formação universitária técnica, operacional.

Romanelli (1984), ao discutir a reforma universitária de 1968, apresenta os valores absolutos para a época, tais como: “a racionalização, a eficiência e a produtividade”, procurando uma racionalidade técnica que neutralizasse qualquer postura ideológica, o que, para a autora, é uma ilusão, pois nenhuma técnica ocorre sem um determinado contexto histórico-político e econômico.

A partir disto, a universidade perde qualquer chance de intervir sobre ou controlar seus resultados, pois a modernização havia se tornado uma funcionalidade política. Para a autora, as habilitações estabelecidas no currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia durante esta fase auxiliaram nesse processo de “racionalização, eficiência e produtividade”, pois ao pensar em um curso por este viés, deixa explícito uma efetiva fragmentação do conhecimento e do campo profissional da educação.

Conforme Freitas (1999), o golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971) modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau, como mencionado anteriormente. Nessa nova estrutura, desapareceram as escolas normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de II grau para o exercício do magistério de

I grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante.

A partir de então, em escala maior nos últimos anos, tem-se debatido sobre os diversos problemas enfrentados pelos cursos de licenciatura, entre eles: baixa procura de ingresso, atualmente acompanhado de políticas instáveis, geradas de maneira não democrática e inflexível, entre outros. Gatti (2010), ao referir-se à estes problemas afirma que:

Múltiplos fatores convergem para isso: as políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os “sem voz”) e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas” (GATTI, 2010, p. 1359).

Para a autora, a fragmentação da formação docente, mesmo após a queda das habilitações do curso de Pedagogia, fica evidente em todos os âmbitos do currículo dos cursos de licenciatura. A formação de professores que vislumbra uma prática social e política por meio da escolarização precisa modificar seus moldes voltados ao ensino do acumulado nas ciências para o ensino da função social da própria escola.

A formação docente, no curso de Licenciatura em Pedagogia, a partir das DNC na CNE/CP nº 1/ 2006, ocorre por meio de instituições educativas que estejam habilitadas a ofertar cursos de ensino superior. Ademais, “a compreensão da formação inicial, como pressuposto da profissionalização dos indivíduos, se constitui quase em um monopólio da universidade e dos sistemas escolarizados” (CUNHA, 2014, p. 793). A autora declara que tais sistemas procuram assegurar uma coerência com aquilo que o social e o político projetam e determinam para cada profissão, definido assim

espaços monopolizados para seu exercício, sob o argumento de garantia aos interesses da sociedade, um controle sobre a distribuição do conhecimento especializado, valorizando o capital de quem os detém (CUNHA, 2014, p. 793).

As pesquisas sobre o campo do ensino superior e da formação inicial de professores deixa claro que diversos foram os movimentos de luta pela conquista de

melhorias e mudança nas concepções curriculares na área de gestão educacional. Cabe frisar que tais movimentos sempre ocorrem dentro de um contexto político-econômico e conseqüentemente em um campo de disputas pela concepção de educação escolar e de gestão da política pública. Assim, na próxima subseção, procuro ensaiar sobre tais concepções.

2.3 Disputas pela concepção de gestão

Os conhecimentos referentes a gestão educacional passaram por diversos posicionamentos dentro do campo político, portanto inseridos dentro de um contexto político-social. As disputas ao longo do período foram marcadas por uma visão tecnocrática do poder e por uma visão histórico-crítica sobre a introdução e efetividade da gestão democrática. Sobre os diferentes contextos e momentos históricos relacionados à gestão educacional, Medeiros e Luce (2006) destacam que as discussões sobre como a escola se organiza implicam em distintas visões e concepções sobre o espaço escolar público e as responsabilidades do Estado, da sociedade e dos profissionais da educação. As autoras enfatizam que “estas condições provocam questões bastante polêmicas, pois têm como pano de fundo interesses individuais e coletivos em tempos de reconfiguração do campo social e educacional” (MEDEIROS; LUCE, 2006, p. 9).

Assim como no campo das discussões referentes às normativas educacionais e às concepções sobre formação de professores, os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelos principais debates sobre a gestão educacional, ao indagar a estrutura hierárquica e burocrática da administração escolar. Medeiros, Fortuna e Barbosa (2006) indicam que a administração é uma prática de trabalho produzida pelas pessoas, com vistas a fins determinados. Para estes autores, a administração ocupa-se da organização do trabalho humano na sociedade e nas instituições, em forma de um esforço coletivo. Essa ação social tem cunho político-ideológico e gera práticas um tanto contraditórias, ou seja, pode-se organizar o trabalho de maneira autoritária e conservadora ou fazê-lo de forma democrática e participativa. Além disso, os mesmos autores afirmam que essas “faces” da administração são possíveis de identificar por intermédio dos processos utilizados e da qualificação dos fins.

Surge, neste contexto de disputas, uma concepção contra-hegemônica a favor de uma democracia participativa e popular, na qual se entende a gestão democrática

como forma de aperfeiçoamento da convivência humana, que reconheça e saiba lidar com as diferenças, que seja inclusiva das minorias e das múltiplas identidades. Tal concepção provocou rupturas no poder político, por meio do exercício coletivo e participativo do poder (MEDEIROS; LUCE, 2006). Assim, torna-se insuficiente apenas uma concepção; é necessário construir uma estrutura organizacional que permita a realização dos objetivos e princípio da educação, no que as autoras chamam de “reordenamento institucional”. A partir da LDBEN 9.394/96, a concepção de gestão democrática ganha mais evidência no ensino público, ao garantir ampla competência às unidades federadas na organização de seus sistemas de ensino, a autonomia das escolas e o envolvimento dos profissionais da educação e da comunidade escolar e local nas decisões sobre o projeto político-pedagógico e o uso dos recursos descentralizados às unidades de ensino.

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica (CNE/CP nº 2/ 2015) percebe-se que as concepções democráticas ganham maior visibilidade não apenas no campo de ensino da Pedagogia, mas, sim, para todos os cursos de licenciatura do país. Na subseção 2.4 aprofundo sobre como a formação de professores e suas concepções se apresentam na legislação vigente.

2.4 A Formação de Professores nos documentos legais vigentes

A formação dos profissionais para a educação básica tem sido alvo de debates e tem se constituído em campo de disputa de concepções, dinâmicas, políticas e currículo. Em comum, porém, os pesquisadores envolvidos em tais discussões apontam a necessidade de se refletir sobre a formação desses profissionais (DOURADO, 2015).

A partir desse repensar a formação de professores, propugna-se maior organicidade nos processos formativos, bem como maior articulação entre as instituições de ensino superior e de educação básica. Esse conteúdo tomou forma nas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada dos docentes da Educação Básica.

Scheibe e Bazzo (2016), ao comentarem as principais alterações trazidas nas normas curriculares do curso de Pedagogia e nas mais novas Diretrizes Curriculares Nacionais, que ampliam as linhas conceituais daquelas para a formação de professores de todas etapas e áreas de conhecimento, enfatizam que na Resolução CNE/CP nº 1/ 2006 as orientações ocorreram “pela alteração da finalidade do curso de pedagogia, a extinção das habilitações, o aumento da carga horária mínima para integralização do curso e a flexibilização curricular” (SCHEIBE; BAZZO, 2016, p. 249). As autoras enfatizam que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Resolução CNE/CP nº 2/2015 definiram os mesmos princípios para a totalidade dos docentes, “regulamentados em uma base comum nacional para a formação dos profissionais da educação definida pela legislação brasileira” (SCHEIBE; BAZZO, 2016, p. 249).

Em tais diretrizes encontramos os mesmos princípios para todos os cursos de licenciatura. Segundo o marco normativo, todos os licenciados necessariamente precisam ter uma formação específica e uma base comum, na qual se inclui a qualificação para a gestão dos processos educativos e das instituições de educação básica, que não é mais apenas para o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Vinculada a tais noções, Silva (2016) aponta que os princípios que orientam as DCN (2015) se fundamentam nas concepções de docência, currículo e de educação. A autora assinala que a Resolução CNE/CP nº 02/2015 expressa uma concepção de docência como uma ação educativa em um processo pedagógico intencional e metódico. Referente à concepção de currículo, afirma que a compreensão envolve não somente a construção da identidade sociocultural do educando, seus direitos e deveres de cidadão, como também sinaliza para a necessidade de considerar a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação (SILVA, 2016). O Art. 3º, no § 5º, estabelece os seguintes princípios para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

- I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;
- II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao

reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais (BRASIL, 2015).

A propósito, Dourado (2015) considera que a mudança trazida por esta norma significou um importante avanço, pois define que os cursos de formação dos profissionais da educação devem propiciar aos estudantes habilidades de atuação no ensino e na gestão e organização da educação básica. Argumenta que tal regulamentação não se esquivava de apresentar, ainda, os processos de formação consubstanciados em estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica.

Neste sentido, vale lembrar que já o Art. 1º das DCN (2015), afirma que

ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam (BRASIL, 2015).

O excerto acima deixa claro que as DCN (2015) definem fundamentos que devem ser observados nas políticas, na gestão e nos cursos de formação. Ademais, o Art. 2º, no § 2º, define que

a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL, 2015).

Definidos os princípios, o Art. 7º estabelece o repertório de conhecimentos e habilidades que a formação inicial e continuada deve possibilitar:

- I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
 - II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;
 - III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.
- Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:
- I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
 - II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;
 - III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
 - IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
 - V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;
 - VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
 - VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;
 - VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
 - IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento. (BRASIL, 2015).

Tal diversidade de conhecimentos teóricos e práticos deverá ser resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação virá no futuro exercício profissional, aprofundando os princípios de interdisciplinaridade,

contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Silva (2016), além de destacar a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais da Resolução CNE/CP nº 2/2015, destaca a publicação da Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024, resultado de um longo período de debates. Neste foram estabelecidas 20 metas que, em tese, constituem-se no principal instrumento de orientação para a construção das políticas educacionais no Brasil até 2024. O PNE (2014) atenta para a formação de professores para a Educação Básica, por meio das metas 15 e 16, que estabelecem respectivamente as estratégias que focalizarão a formação inicial dos profissionais da educação (que deverá acontecer em nível superior) e a formação continuada.

Referente à formação inicial dos profissionais da educação, a Meta 15 reza:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014).

Silva (2006) destaca também o breve tempo transcorrido entre a aprovação do PNE (2014) e das DCN (2015), ao considerar que estas diretrizes corroboram e direcionam as ações previstas na meta.

As DCN (2015) buscam melhorias na organização dos processos formativos e ganharam destaque por estabelecer os mesmos princípios que orientam as políticas mais gerais, no PNE, para a formação dos profissionais da educação. Além de apontar uma base nacional comum curricular com concepções de docência, currículo e de educação, estipula diretrizes sobre a atuação profissional no ensino, gestão e organização da educação básica pautados nos processos de formação entre o nexo teoria-prática, de investigação e de reflexão.

Ao estudar as normativas educacionais do período pesquisado, suas relações com a formação inicial de professores no Brasil e as disputas pela concepção de gestão, pude perceber que as mudanças conceituais sofridas refletiram sobre a estrutura curricular dos cursos de Pedagogia. Em 1970, a legislação vigente apresentava a organização do currículo pelo viés das habilitações em um currículo mínimo nacional. Já em 1980, os cursos de Pedagogia e licenciaturas adotaram o

princípio da docência como a base da identidade profissional dos profissionais da educação. Em 1988, o curso passa a ser estruturado a partir da concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, devido à promulgação da Constituição Federal.

Com a LDBEN 9.394/96, os cursos de licenciatura em Pedagogia mantem-se com a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, sendo esta também adequada em cursos de pós-graduação. As DCN do curso de Pedagogia (2006) previram uma ampla mudança na estrutura curricular, voltada para a formação para a docência, ou seja com a queda da fragmentação entre bacharel e licenciado. Passa a ser uma Licenciatura que habilita para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade de EJA, bem como para a participação na gestão da escola. As normativas atuais, por meio das DCN para formação inicial e continuada, na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, destacam-se por apresentarem os mesmos princípios legais em uma base comum nacional para a formação dos profissionais da educação.

Os estudos sobre a formação inicial de professores no Brasil apontam que as principais discussões surgiram a partir da década de 70, período em que o poder regulador confrontou as distintas visões sobre a profissão docente. Consegue-se também perceber a mudança na concepção da área de conhecimento, de Administração Educacional para Gestão da Educação. Durante os anos 70, as habilitações estabelecidas no currículo dos cursos de pedagogia pautavam-se em valores absolutos de “racionalidade, eficiência e produtividade” e, ao pensar o curso por este viés, se torna explícita a fragmentação do conhecimento (Romanelli, 1984). Aponta-se também que, ao longo da datação da pesquisa, 1975 – 2018, a formação de professores foi marcada por uma visão tecnocrática do poder e, por outro lado, a introdução da gestão democrática (MEDEIROS; LUCE, 2006). Gatti (2010) afirma que variados são os fatores que levam aos constructos dos diversos problemas enfrentados pelos cursos de pedagogia ao longo deste período, entre eles a baixa procura, a avolumação de conteúdos e do currículo, em contexto de políticas instáveis, geradas de maneira não democrática e inflexível. Ressalta-se a progressiva inserção da noção de formação inicial e continuada de professores.

Por conseguinte, estudar as alterações curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS em perspectiva longitudinal, quando está em implantação uma

nova norma, torna-se oportuno e relevante, pois permite analisar as discussões políticas, as disputas pelas concepções de gestão e as mudanças sociais ocorridas, durante o período estudado na pesquisa, no currículo e súmulas do curso.

3 ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO EM EDUCAÇÃO: um estudo do currículo do curso e súmulas nos últimos 40 anos

Para as análises documentais⁶, a elaboração de quadros auxiliou a visualizar as mudanças curriculares ocorridas durante o período pesquisado, bem como a alteração de créditos, disciplinas e conteúdos nas súmulas. O processo de análise dos documentos ocorreu por meio de um movimento de estudo ano a ano, sobre o material coletado na Biblioteca Central da Universidade e no portal eletrônico da UFRGS⁷.

Dentro do recorte temporal desta pesquisa, o Curso de Pedagogia da UFRGS, dos anos de 1975 até 2006, foi organizado com as seguintes habilitações: Magistério em Pré-Escola, Magistério nos Anos Iniciais do I Grau – ou do Ensino Fundamental e Magistério nas disciplinas pedagógicas do II Grau. Após 2006, o curso tem um currículo mais abrangente, com formação nas áreas de educação infantil, anos iniciais e educação de jovens e adultos (EJA). Para este momento da pesquisa analisei, no que tange o período com a presença das habilitações, o currículo intitulado “Magistério em I Grau”, em virtude de maiores aproximações com o currículo atual para o campo de discussão.

Durante as análises das súmulas e currículos do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, correspondentes ao período pesquisado, identifiquei que os nomes das disciplinas que abordam a gestão escolar sofreram alterações ao longo do tempo.

Na década de 1970, as disciplinas relacionadas à gestão educacional se apresentavam pela nomenclatura de “Princípios e Métodos de Administração Educacional”, “Princípios e Métodos de Supervisão Educacional”, “Princípios e Métodos de Orientação Educacional” e “Princípios e Métodos de Inspeção Educacional”, “Legislação do Ensino”, “Introdução a Administração”, “Administração de Pessoal”, “Administração de Material”, “Prática de Administração Educacional”, “Prática de Supervisão Educacional”, “Prática de Orientação Educacional” e “Prática de Inspeção Educacional”. Já nos anos 1980, introduziu-se o termo “Ensino I grau:

⁶ Conforme já aponte, o intervalo analisado compreende de 1975 até 2018, ademais esclareço que existem algumas lacunas dentre os anos, em virtude da UFRGS não ter as súmulas e currículos arquivados.

⁷ As súmulas e currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, de 2007-2018, utilizadas na pesquisa, estão disponíveis em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=341.

Estrutura e funcionamento”. Nos anos de 1990 surgem componentes curriculares designados da “Organização da escola” e “Planejamento Participativo”. Em 2007, foi introduzida uma disciplina denominada de “Gestão e Organização da escola” que junto com a de “Política e Legislação da Educação” compõem a base teórica da área, até o momento.

Por meio da mudança na nomenclatura das disciplinas consegue-se perceber a mudança na concepção de central da área de conhecimento, de Administração Educacional para Gestão da Educação, ao longo do período da pesquisa.

O número de disciplinas e o total de créditos também sofreram modificações, conforme é possível observar no Quadro 2:

Quadro 2 - Número de disciplinas e créditos na área de políticas e gestão educacional no curso de Pedagogia: UFRGS, 1975-2018

Ano	Nº disciplinas obrigatórias	Créditos obrigatórios	Nº disciplinas eletivas	Créditos eletivos
1975-1976	20	97	5	18
1985	4	14	0	0
1987	4	14	4	14
1988-1989	4	14	4	14
1993	1	3	4	14
1996-1997	1	3	5	18
1998-2004	1	3	4	14
2007 - 2018	2	8	7	21

Fonte: Currículos do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS. Acesso na Biblioteca Central da UFRGS e em http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=34. 05.fev.2018.

A formação inicial revelada nas alterações curriculares do curso de Pedagogia da UFRGS e as exigências cotidianas da gestão de uma escola democrática podem ser problematizadas ao analisarmos a quantidade de disciplinas e créditos sobre esta matéria no período. Nos anos de 1975 e 1976, identificaram-se 20 disciplinas referentes à gestão da escola, com um total de 97 créditos obrigatórios, devido às habilitações especializadas em distintas funções da gestão educacional, a Orientação Educacional, a Supervisão Educacional, a Administração Educacional e a Inspeção Educacional. O Quadro 2 aponta a inexistência do currículo entre 1977-1984 no acervo da biblioteca

central da UFRGS, conforme mencionado na metodologia. A partir de 1985, com as habilitações para a docência na Educação Infantil e em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o número de disciplinas é reduzido consideravelmente, para o total de 4 disciplinas de caráter obrigatório, totalizando 14 créditos. Em 1987, ocorreu alteração curricular no acréscimo de disciplinas de caráter eletivo. Considerando que no anos de 1985 o documento não apresentou-as e em 1987, identificam-se quatro disciplinas de caráter eletivo, totalizando 14 créditos eletivos. Adiante, em 1993, o curso passou a ofertar 1 disciplina referente à Organização da Escola, com 3 créditos⁸, situação que se manteve parecida nos últimos anos, com exceção do período compreendido entre 2001 e 2007, quando houve incremento de uma disciplina (EDU03057: Políticas e Legislação da Educação), sendo o total de 2 disciplinas e 8 créditos obrigatórios.

Por meio do Quadro 2 torna-se possível observar que, durante os anos de 1975 e 1976, a presença de disciplinas, sejam obrigatórias ou eletivas, dentro do curso de Pedagogia, apresentam um destaque quanto a sua quantidade. Como dito, neste período, o curso era destinado principalmente à formação de especialistas, que atuavam hierarquicamente sobre os demais profissionais da educação e em funções diferenciadas na estrutura organizacional das escolas e da carreira. Com a alteração na estrutura do curso caem as habilitações presentes até então e com isso o número de disciplinas que abordassem as questões de poder, política e administração da escola.

No intervalo seguinte, de 1985 a 1989, há uma mesma estrutura de curso, com diminuição considerável de disciplinas e créditos. Tal organização curricular se mantém semelhante nos demais anos pesquisados, oscilando discretamente.

Esta constatação instiga a pensar sobre a concepção curricular do Curso de Pedagogia, pois ao adentrar no ordenamento constitucional e legal o princípio da gestão democrática, bem como ao se instituírem práticas mais democráticas de organização e gestão das escolas como os conselhos, o planejamento e o orçamento participativo, seria esperado que se aprofundassem os estudos sobre as questões de política e gestão educacional no curso de Licenciatura em Pedagogia. Pelo contrário, após a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, disporem sobre a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino oficiais,

⁸ Disciplina EDU399: Organização da Escola. Ressalto que neste período, a disciplina que abordava questões sobre políticas educacionais se apresentou em caráter eletivo, com 4 créditos (DIR2298: Legislação do Ensino).

além de outros dispositivos legais valorizarem os colegiados e processos de consulta, participação e transparência dos atos e fatos em processos e instituições educacionais, verifica-se o encolhimento dos estudos sobre Política e Gestão da Educação. Fica, então, que esta área de conhecimento apareceu com maior evidencia durante a ditadura militar. Devido o período de controle da administração, quando o contexto político era ditatorial, o acesso à educação era mais restrito e vigia o poder hierárquico e tecnicista nas instituições escolares e na estrutura do sistema de ensino. Assim, para aquele contexto, importava formar profissionais que atuassem controlando e gerenciando os demais professores da educação básica. O curso de Pedagogia serviu muito a esta estratégia, mas foi também berço do conceito de gestão democrática.

Para legitimar a gestão democrática é importante garantir espaço de formação em gestão. Retomo o destaque de Cunha (2014), ao afirmar que a formação de professores “é subsidiária das compreensões políticas da educação e estas têm relação direta com as propostas de formação ligando-os a tendências políticas de determinadas épocas” (CUNHA, 2014, p. 792), sendo a universidade e os sistemas escolarizados responsáveis pela profissionalização, se constituindo num monopólio a fim de garantir “coerência universal com o que a sociedade projeta para cada carreira” (CUNHA, 2014, p. 793).

Gatti (2010) também enfatiza que a pesquisa sobre a formação de professores no Brasil aponta que pouco se discute a gestão escolar nos cursos de Pedagogia. A pesquisa da autora, em quatro cursos de Licenciatura de diferentes universidades no Brasil, destaca que as disciplinas sobre a “organização e gestão dos sistemas educacionais e das escolas registram percentuais inexpressivos” devido à pouca aparição nos currículos dos cursos de disciplinas que abordem tais discussões. Ou seja, para a autora, existe um descompasso entre o que se oferece na formação inicial de professores e as exigências cotidianas do trabalho, especificamente no que se refere à gestão escolar. Ainda que exista demanda pela renovação nas estruturas institucionais formativas e no currículo, com a formação de professores pensada a partir da função social própria à escolarização, acumulando e consolidando valores e práticas coerentes com nossa vida civil, tal formação apresenta uma quantidade de disciplinas e créditos “inexpressiva” dentro do currículo (GATTI, 2010).

Outro aspecto verificado durante a análise documental dos currículos e súmulas foi a fragmentação apresentada no currículo do curso de Pedagogia da UFRGS, no período compreendido entre 1975 até 1984, conjuntura da ditadura militar no Brasil e

da perspectiva tecnocrática de gestão e docência, no Brasil e no mundo. As disciplinas eram organizadas em Orientação Educacional I e II, Supervisão Escolar I e II, Administração Escolar I e II, e Inspeção Escolar I e II, além das práticas nestas 4 subdivisões. Como é possível de identificar no Quadro 3:

Quadro 3 - Disciplinas que abordavam a gestão educacional anos 1975/1976

Semestre	Disciplina
5º Semestre	EDU 302 – Princípios e Métodos de Orientação educacional I; EDU 310 - Princípios e Métodos de Supervisão escolar I; EDU 327 – Princípios e Métodos de Administração escolar I; EDU 207 - Metodologia de Inspeção do Ensino I;
6º Semestre	EDU 311 - Princípios e Métodos de Supervisão escolar II; EDU 328 – Princípios e Métodos de Administração escolar II; EDU 208 - Metodologia de Inspeção do Ensino II;
7º Semestre	EDU 307 – Prática de Orientação escolar I; EDU 312 – Prática de Supervisão escolar I; EDE 331 – Prática de Administração Escolar I; EDU 337 – Princípios e Métodos de Administração escolar III; EDU 340 - Prática de Inspeção Escolar I;
8º Semestre	EDU 308 – Prática de Orientação Educacional II; EDU 332 – Prática de Administração escolar II; EDU341 - Prática de Inspeção Escolar II;

Fonte: Currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia dos anos de 1975-1976. Acesso na Biblioteca Central da UFRGS em 05.fev.2018.

Como exposto, no Quadro 3, várias disciplinas presentes no currículo do curso de Pedagogia, nos anos de 1975 e 1976, davam ênfases à gestão educacional. É possível identificar disciplinas que abordem esta temática do 5º ao 8º semestre do curso, quando a estrutura curricular ficava subdividida pelas habilitações de Magistério das disciplinas pedagógicas do II Grau, de Administração educacional, Supervisão Educacional, Orientação Educacional e Inspeção Educacional. Evidentemente, tratava-se de uma compreensão fragmentada da gestão educacional. Essa fragmentação era consonante à interpretação da legislação vigente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71.

Saviani (1986) argumenta que as reformas legislativas referentes à educação, nos anos 1970, tiveram inspiração na “teoria do capital humano”, transferindo à educação a responsabilidade do desenvolvimento do país e a ascensão social dos indivíduos. Assim, havia uma perspectiva individualista e fragmentada da gestão da

escola que visava diminuir “os perigos da integração social dos trabalhadores e a visão crítica dos sujeitos” (ROMANELLI, 1984, p. 195).

Se a fragmentação era a tônica da perspectiva tecnocrática e corporativa que vicejou na ditadura militar, o período democrático carregou a insuficiência devido às ausências. Conforme é destacado na bibliografia, a estrutura e a organização dos currículos na formação inicial não têm apresentado inovações e avanços que possibilitem uma carreira docente com base consistente sobre gestão escolar (GATTI, 2016). No caso específico do curso de Pedagogia da UFRGS, podemos observar que a introdução de uma perspectiva democrática nas súmulas é tardia. Somente a partir de 1997, em decorrência da promulgação da LDBEN nº 9394/96, é possível observar um novo paradigma incidindo sobre a gestão escolar, com a introdução de termos como “planejamento participativo, processo político–pedagógico e democracia”. Para ilustrar essa questão, aponto a súmula da disciplina EDU 03704 - Planejamento Participativo: Estratégia de Ação Escolar, que surge no currículo do curso no ano de 1997, como uma disciplina de caráter eletivo, com 2 créditos. Pode-se observar o trecho da súmula no Quadro 4:

Quadro 4 - Trecho da súmula da disciplina EDU 03704: UFRGS, 1997

Ano	Disciplina	Súmula
1997	EDU03704 – Planejamento Participativo: Estratégia de Ação Escolar.	“EDU 03704: O processo administrativo-pedagógico na escola como ação-reflexão organizada da educação escolar. O planejamento participativo como estratégia de ação democrática na escola com a intenção de construir e realizar um trabalho pedagógico-administrativo, que seja resultante da ação coletiva dos que compõem a comunidade escolar”.

Fonte: Súmula, do ano de 1997, da disciplina “EDU03704 - Planejamento Participativo: Estratégia de Ação” Escolar. Acesso na Biblioteca Central da UFRGS em 05.fev.2018. (Grifo da autora)

Por fim, observo a manutenção do conteúdo nas súmulas das disciplinas, nos últimos anos. De 2007 a 2018, as súmulas de componentes curriculares da área de gestão escolar não sofreram qualquer uma alteração. Seja como objeto, como referencial teórico ou como norte ao planejamento, a análise da política educacional demandaria mudança no conteúdo da formação de professores.

Apresento em destaque a súmula da disciplina EDU03059 – “Gestão e Organização da Educação”, de caráter obrigatório, com 5 créditos, a qual está entre as disciplinas ofertadas que não sofreram alterações. Conforme apresento no Quadro 5:

Quadro 5 - Súmula da disciplina EDU 03059: UFRGS, 2007-2018.

Ano	Disciplina	Súmula
2007	EDU03059 – “Gestão e Organização da Educação”.	“EDU 03059: O estudo da gestão do trabalho em educação nos sistemas de ensino, nos processos educativos em espaços escolares e não escolares. Políticas públicas para a educação”.
2018	EDU03059 – “Gestão e Organização da Educação”.	“EDU 03059: O estudo da gestão do trabalho em educação nos sistemas de ensino, nos processos educativos em espaços escolares e não escolares. Políticas públicas para a educação”.

Fonte: Súmula, do ano de 2007 em comparativo com o ano de 2018, da disciplina “EDU03059 – Gestão e Organização da Educação”. Acrevo da Biblioteca Central da UFRGS.

O mesmo conteúdo constar nas súmulas durante os últimos onze anos não parece dialogar com a discussão necessária. A análise conjuntural é constituinte do campo, afinal, o entendimento de que conteúdos estanques sejam suficientes para desafios da gestão escolar é perigoso ao que é fundamento à gestão democrática. Contudo, observo que esta súmula tem conteúdo bastante genérico, não faz referência a conceitos e preceitos sobre a gestão e a organização dos sistemas educacionais e/ou das instituições escolares, nem à atuação dos profissionais da educação nesse âmbito.

Ainda que os métodos que enfatizam o caráter normativo da função, com metodologias voltadas para a padronização da gestão no “*dever ser*”, sejam aparentemente eficazes, eles precisam estar diretamente ligados à proposição de um ensino mais investigativo, congruente aos problemas educacionais contemporâneos, questionador e construtor do poder político e cultural. Somente a junção desses domínios “poderá potencializar a gestão educacional e a função social da educação” (SOUZA, 2008, p. 10).

Com as perspectivas atuais de mudança no currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia, pode-se vislumbrar, a partir dos documentos preliminares – Minuta de Resolução nº 01/2018, PPC do curso, Exposição de Motivos - enviados pela Comissão de Graduação para a comunidade discente e docente da Faculdade de Educação, por meio de correio eletrônico, algumas alterações curriculares no que tange às disciplinas referentes à política e gestão da educação. Conforme a Comgrad Edu, a alteração

curricular passa pela primeira grande etapa de reformulação, com a abertura do processo administrativo encaminhado à Câmara de Graduação da UFRGS, no dia 09 de abril de 2018. Sirvo-me do PPC preliminar do curso para explicar a visão formativa nos documentos reformulados, nos quais afirmam que o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS busca uma formação dos profissionais da educação que simultaneamente articule docentes, pesquisadores e gestores dos processos educacionais. Nesta mesma direção indica que a formação do Licenciado em Pedagogia deve preparar para o exercício da docência e gestão educacional e que tais práticas dependem de estudos e vivências promovidas pela universidade.

Uma das reformulações curriculares prevista nos documentos preliminares é a inserção do Estágio de Docência I e II. Sendo o Estágio de Docência I de caráter obrigatório em diferentes alternativas de áreas de atuação que não implicam em atuação na sala de aula, entre elas encontramos a possibilidade de estágio na área de gestão educacional. Sem dúvida, uma novidade importante para este campo dentro do currículo do curso. Evidencio, no Quadro 6, a organização curricular encontrada nos documentos preliminares da futura alteração curricular, referentes à área de política e gestão educacional.

Quadro 6 - Disciplinas sobre políticas e gestão educacional nos documentos preliminares

Semestre	Disciplina
1º Semestre	EDU03XXX – Política e Organização da Educação Básica
3º Semestre	EDU03XXX – Gestão Escolar
5º Semestre	EDU03XXX – Estágio de Docências I: Gestão Educacional

Fonte: PPC versão preliminar do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS. In: <https://docs.google.com/document/d/144V6dLFNIYQLwBwPWUwOSgb0maAbXQ1wPTdunEvRqL8/edit> Acesso em 20.Abr.2018.

Como é possível verificar, a proposta de currículo indica o acréscimo de um estágio para a área de estudos das políticas e gestão da educação, mantendo duas disciplinas - como já ofertadas no currículo vigente -, mas alterando o semestre em que são indicadas, o número de créditos, a sua denominação e o conteúdo, de forma discreta. Acredito que a introdução da disciplina de Estágio Docente consiga articular mais teoria e prática na área de gestão educacional, o que até então não acontece, no

currículo vigente. Referente às súmulas, os documentos preliminares não dispunham da totalidade de súmulas por disciplinas, por isso, neste momento, não as referencio.

4 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Tendo em vista o conjunto de elementos que constituíram este trabalho, desde os primeiros contatos com os currículos e súmulas de curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, as investigações com os documentos legais até as análises dos dados levantados, considero que os resultados deste estudo contribuirão positivamente para as discussões atuais sobre o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, bem como para pesquisas futuras sobre o currículo de formação na área de gestão educacional, no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Estimo que deixo também uma contribuição prática ao disponibilizar o acervo documental que digitalizei, os quadros analíticos e meus breves comentários sobre o currículo do curso e as súmulas das disciplinas.

O estudo das normativas educacionais me auxiliou a perceber as alterações curriculares e conceituais no período pesquisado. A legislação vigente na década de 1970 apresentava estruturas curriculares organizadas a partir das habilitações e definidas em um currículo mínimo nacional. A partir de 1980, movimentos de reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas adotaram o princípio da docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o curso passa a ser estruturado a partir da concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados.

A LDBEN 9.394/96, para os cursos de licenciatura em Pedagogia, apresentou em destaque que nestes seria feita a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, assim como em cursos de pós-graduação. Entretanto, também indicou as licenciaturas, destinadas à formação de docentes para a Educação Básica, poderia ter lugar em universidades e Institutos Superiores de Educação – nestes, Curso Normal Superior e licenciaturas. A mesma Lei aponta, ainda, a possibilidade de formação docente em programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior, como programas de educação continuada; e, não obstante, admite igualmente a continuidade de cursos de nível médio para a formação para o magistério da Educação Infantil e das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental (Lei nº 9.394/1996, art. 62 a 64).

As DCN do curso de Pedagogia (2006) previram uma ampla mudança na estrutura curricular, sendo uma das principais alterações a queda da fragmentação entre bacharel e licenciado. O curso de Pedagogia passa a ser uma Licenciatura que habilita para atuar na docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade de EJA, bem como para a participação na gestão da escola.

As normativas atuais, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de formação inicial e continuada para o magistério da Educação Básica, na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, caracterizam-se por definirem os mesmos princípios legais em uma base comum nacional para a formação dos profissionais da educação. Assim, encontramos os mesmos princípios e concepções de docência, currículo e, inclusive, a formação para a gestão educacional comum para todos os licenciados.

A proposta que embasou este Trabalho de Conclusão de Curso consistia em aprofundar estudos sobre o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, dos anos de 1975 a 2018, especificamente sobre a formação em gestão da educação. Para tanto, as articulações entre os referenciais de base da pesquisa e as análises revelam que o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS sofreu várias alterações conceituais e organizacionais durante os últimos 43 anos.

Após as análises do currículo e das súmulas referentes à área de política e gestão educacional, destaco algumas considerações. Se na década de 1970 havia disciplinas suficientes para o diagnóstico de fragmentação e formação de caráter tecnicista, a formação de professores no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, na contemporaneidade, apresenta uma redução de disciplinas que abordam a gestão escolar ao tempo que ganha destaque a noção de gestão democrática da escola, com a participação de todos os docentes junto com os demais integrantes da comunidade escolar. Essa organização curricular do Curso de Pedagogia me parece incoerente com as necessidades de formação para os profissionais da educação e as responsabilidades das instituições de educação superior, como é o caso da UFRGS – que tem sido bastante comprometida com a gestão democrática da/na educação.

O momento histórico demanda espaços de construção coletiva com profissionais que tenham a formação adequada para esse fim. Justamente por isso, questiono se esse espaço destinado à gestão escolar - considerando o debate e os constructos teóricos da democracia, da política e da função social - é suficiente.

As mudanças curriculares atuais no curso de licenciatura em Pedagogia da UFRGS, apontam, a partir dos documentos preliminares, a introdução de um Estágio Docente, aumentando assim o número de componentes curriculares e de horas que abordam as concepções e práticas de gestão educacional. O Estágio Docente tem grande potencial para articular teoria e prática de gestão educacional, o que não acontece no currículo vigente.

Os movimentos de pesquisa, análise de dados e estudo aprofundado suscitados por este Trabalho de Conclusão de Curso ponderam-me a dinâmica de luta pela conquista de melhorias e mudança nas concepções curriculares na área de gestão educacional no que tange ao ensino superior. De tal forma despertam-me, para além, um olhar observador e instigador neste campo de estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Patricia Cristina Albieri de; BIAJONE, Jefferson. A formação inicial dos professores em face dos saberes docentes. **Anais da 28ª Reunião da ANPAD. CD-ROM**, 2005.
- ARGOLLO, Juliana; SILVA, Amanda Moreira. As contradições da busca pela valorização do magistério público: uma contextualização da Resolução CNE/CP nº. 02/2015. **Revista Educação e Emancipação**, p. 205-229, 2017.
- BARBOSA, Andrea Haddad; ABDIAN, Graziela Zambão. Gestão escolar e formação do pedagogo: relações e implicações a partir da análise de projetos político-pedagógicos de universidades públicas. **Educação em Revista**, p. 245-276, 2013. Acessado em: 10/03/2017.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério.** Resolução CNE/CP nº2. Brasília, DF: 2015.
- BRASIL, Constituição de. Resolução CNE/CP Nº 1, DE 15 de maio de 2006a. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, de**, v. 16, p. 11, 2006.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2014.
- CUNHA, Maria Isabel da. Aprendizagem da docência em espaços institucionais: é possível fazer avançar o campo da formação de professores?. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 3, 2014.
- MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; FORTUNA, Maria Lúcia Abrantes de; BARBOSA, Joaquim Gonçalves. A gestão escolar e a formação do sujeito: três perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 22, n. 1, 2006.
- DE SOUZA, Ângelo Ricardo. A produção do conhecimento e o ensino da gestão educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 24, n. 1, 2008.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, 2015.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Editorial Presença, 1997.

FEDERAL, Senado. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado**, 1988.

FERREIRA, Jeferson Saccol. **Revelações do sinaes: (des)caminhos da avaliação da qualidade nos Cursos de Pedagogia no Brasil**. 12-01-2017. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Central da UFRGS.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia no Brasil: a gestão da educação como germen da formação. **Educação e Sociedade, Campinas**, v. 27, n. 97, p. 1341-1358, 2006. Acessado em: 10/03/2017.

FREITAS, Helena Costa Lopes de et al. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, 1999.

FREITAS, Helena Costa Lopes De et al. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade, Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

GAUTHIER, Clermont et al. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. **Ijuí: Unijuí**, v. 2, 1998.

GIRALDI, Luciana Ponce Bellido; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. PERSPECTIVA LONGITUDINAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: produções brasileiras e a organização e implementação de um estudo deste perfil. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 11, n. 1, p. 2-22, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & sociedade**, v. 20, n. 68, p. 239-277, 1999.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Documentos Normativos para a Educação Superior no Brasil: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada e as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 1, p. 287-291, 2016.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 1986.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, 2006.

MELLO, Elena Maria Billig. **A política de Valorização e de Profissionalização dos Professores da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul (1996-2006): convergências e divergências**. 01/05/2010 254 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Educação.

MENEZES, Caroline Christoff. **O ensino de Ciências Humanas para os 4º e 5º anos do Ensino Fundamental no Curso de Pedagogia–Licenciatura da UFRGS**. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva A storm of light: comprehension made possible by discursive textual analysis. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

PARECER CNE/CP nº 02/2015, HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 25/6/2015, Seção 1, Pág. 13. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625- parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27/05/2018.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, v. 114, p. 179-195, 2001.

PEREIRA, Vanessa Souza. **A gestão democrática escolar na formação inicial de professores: os conhecimentos construídos nas licenciaturas da universidade federal do rio grande do sul**. 2015.

PORTELINHA, Ângela Maria Silveira; SBARDELOTTO, Vanice Schossler. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (Res. 2/2015): princípios e concepções. **Temas & Matizes**, v. 11, n. 21, p. 39-49.

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Detalhamento do Projeto Pedagógico. Faculdade de Educação. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930-1973)**. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1984.

SAVIANI, Dermeval et al. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **O Congresso Nacional e a Educação**. Unicamp. Biblioteca Central. Campinas, 1986.

SCHEIBE, Leda. Inconclusa, trajetória longa e diretrizes curriculares para o curso de pedagogia. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43-62, 2007.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. Formação de professores da educação básica no ensino superior: diretrizes curriculares pós 1996. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 2, n. 2, p. 241-256, 2016.

SELBACH, Paula Trindade da Silva. **Desenvolvimento profissional docente em tempos de expansão da educação superior**: o movimento nas universidades federais do Rio Grande do Sul. MELLO, Elena 19/02/2015 220 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRGS.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues. Plano nacional de educação e seus desdobramentos sobre as novas diretrizes para a formação de professores da educação profissional: Identidades profissionais em construção. **HOLOS**, v. 6, p. 156-177, 2016.

APÊNDICE A⁹ – MODELO DE TABELA DIGITADA PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Ano		1975/1976	
Nome do Curso		Curso 063 - Licenciatura em Educação; Magistério e Orientação Educacional; Magistério e Supervisão Escolar; Magistério e Administração Escolar; Magistério e Inspeção Escolar.	
Currículo		Nº Créditos	Caráter
Licenciatura em Educação:			
1º Semestre	BIO351 - Fisiologia I	5	Obrigatória
	HUM460 - Introdução a Sociologia	4	Obrigatória
	HUM464 - Estudo de Problemas Brasileiras I	2	Obrigatória
	LET180 - Língua Portuguesa	6	Obrigatória
	MAT111 - Iniciação a Matemática	4	Obrigatória
2º Semestre	BIB126 - Introdução a Documentação	4	Eletiva
	BIO352 - Fisiologia II	5	Obrigatória
	EDU101 - Evolução da Escola Brasileira	3	Eletiva
	EDU106 - Introdução a Ciência da Educação	4	Obrigatória
	EDU115 - Educação na Perspectiva Antropologica	4	Obrigatória
	EDU122 - História da Educação I	4	Obrigatória
	Prática Desportiva I	2	Obrigatória
	HUM406 - Sociologia I	4	Obrigatória
	MAT113 - Matemática I	4	Eletiva
3º Semestre	EDU116 - Filosofia da Educação I	4	Obrigatória
	EDU118 - Sociologia da Educação I	4	Obrigatória
	EDU120 - Psicologia da Educação I	4	Obrigatória
	EDU123 - História da Educação II	4	Obrigatória
	EDU129 - Biologia da Educação e Higiene Escolar I	3	Eletiva
	EDU213 - Seminário de Introdução a Educação	4	Eletiva
	EDU301 - Introdução aos Métodos e Pesquisa Pedagógica	3	Obrigatória
	Prática Desportiva II	2	Obrigatória

⁹ Versão completa dos currículos entre 1975–2018, em formato Excel, disponíveis, por meio do e-mail da autora: dmikaelagomes@gmail.com

	HUM110 - História da Filosofia Contemporânea I	6	Eletiva
4º Semestre	EDU109 - Educação e Mudança Social	2	Eletiva
	EDU111 - Educação e Sociedade	3	Eletiva
	EDU117 - Filosofia da Educação II	2	Obrigatória
	EDU119 - Sociologia da Educação II	4	Obrigatória
	EDU121 - Psicologia da Educação II	4	Obrigatória
	EDU130 - Biologia da Educação e Higiene Escolar II	3	Eletiva
	EDU131 - Estatística Aplicada a Educação I	4	Obrigatória
	EDU315 - Met. E Tec. De Pesquisa Pedagógica I	3	Obrigatória
5º Semestre	DIR230 - Legislação do Ensino I	3	Obrigatória
	ECO101 - Introdução a Administração	4	Eletiva
	ECO104 - Sociologia Aplicada a Administração	4	Eletiva
	ECO206 - Teoria Econômica	6	Eletiva
	EDU107 - Psicopedagogia do Desenvolvimento Individual	3	Eletiva
	EDU103 - Psicopedagogia do Adolescente	3	Eletiva
	EDU132 - Estatística Aplicada a Educação II	4	Eletiva
	EDU133 - Filosofia da Educação II	4	Eletiva
	EDU207 - Metodologia do Ensino de I Grau I	4	Obrigatória
	EDU211 - Currículos e programas I	4	Obrigatória
	EDU302 - Princípios e Métodos de Orientação Educacional I	4	Obrigatória
	EDU310 - Princípios e Métodos de Supervisão Escolar I	4	Obrigatória
	EDU316 - Met e Tec de Pesquisa Pedagógica II	3	Eletiva
	EDU327 - Princípios e Métodos de Administração Escolar I	4	Obrigatória
	EDU333 - Estrutura e Funcionamento do Ensino de I Grau	4	Obrigatória
	EDU342 - Princípios e Métodos de Inspeção Escolar	4	Obrigatória
	EDU201 - Didática I	4	Alternativa
	EDU235 - Conc Básic e Estratégias de Ensino	4	Alternativa
6º Semestre	DIR231 - Legislação do Ensino II	3	Obrigatória
	ECO105 - Administração de Pessoal	6	Eletiva
	ECO106 - Administração de Material	4	Eletiva

	ECO110 - Psicologia Aplicada a Administração	4	Eletiva
	EDU104 - Psicologia da Aprendizagem	3	Eletiva
	EDU105 - Psicologia do Ensino	3	Eletiva
	EDU208 - Metodologia do Ensino de I Grau II	3	Eletiva
	EDU212 - Currículos e Programas II	4	Obrigatória
	EDU303 - Princípios e Métodos de Orientação Educacional II	4	Obrigatória
	EDU305 - Orientação Vocacional I	4	Obrigatória
	EDU309 - Medidas Educacionais I	3	Obrigatória
	EDU311 - Princípios e Métodos de Supervisão Escola II	4	Obrigatória
	EDU317 - Mét e Tec de Pesq Pedagógica III	4	Eletiva
	EDU328 - Princípios e Métodos de Administração Escolar	4	Obrigatória
	EDU334 - Estrutura e Funcionamento do Ensino de II Grau	4	Obrigatória
	EDU336 - Introdução a Tecnologia da Educação	3	Eletiva
	EDU338 - Princípios e Métodos de Inspeção Escolar II	4	Obrigatória
	HUM415 - Política I	4	Eletiva
	EDU202 - Didática II	2	Alternativa
	EDU236 - Fundamentos e Práticas de Laboratório de Ensino	4	Alternativa
7º Semestre	DIR230 - Legislação do Ensino I	3	Obrigatória
	EDU110 - Análise da Educação Brasileira	5	Eletiva
	EDU204 - Seminário Integrado de Educação	2	Eletiva
	EDU209 - Práticas de Ensino de I Grau	6	Obrigatória
	EDU304 - Princípios e Métodos de Orientação Educacional III	4	Obrigatória
	EDU306 - Orientação Vocacional II	3	Obrigatória
	EDU307 - Prática de Orientação Educacional I	6	Obrigatória
	EDU312 - Prática de Supervisão na Escola de I Grau	6	Obrigatória
	EDU321 - Psicopedagogia Terapêutica	3	Eletiva
	EDU322 - Técnicas do Exame Psicopedagógico	4	Eletiva
	EDU324 - Medidas Educacionais II	3	Obrigatória
	EDU325 - Educação de Adultos	4	Eletiva

	EDU326 - Princípios e Métodos de Supervisão Escolar III	4	Obrigatória
	EDU331 - Prática de Administração Escolar I	6	Obrigatória
	EDU337 - Princípios e Métodos de Administração Escolar III	4	Obrigatória
	EDU339 - Princípios e Métodos de Inspeção Escolar III	4	Obrigatória
	EDU340 - Práticas de Inspeção na Escola de I Grau	6	Obrigatória
	HUM419 - Política III	4	Eletiva
8º Semestre	EDU108 - Educação e Desenvolvimento	3	Eletiva
	EDU113 - Psicologia Rel Interp Sala de Aula	3	Eletiva
	EDU124 - Teorias da Personalidade	4	Eletiva
	EDU210 - Práticas de Ensino de II Grau	6	Obrigatória
	EDU308 - Prática de Orientação Educacional II	10	Obrigatória
	EDU313 - Prática de Supervisão na Escola de II Grau	6	Obrigatória
	EDU319 - Met e Tec de Individ do Ensino	4	Eletiva
	EDU320 - Introdução ao Ensino Programado	3	Eletiva
	EDU332 - Prática de Administração Escolar II	10	Obrigatória
	EDU335 - Problemas de Orientação Educacional	2	Eletiva
	EDU341 - Prática de Inspeção na Escola de II Grau	6	Obrigatória
	HUM401 - Estudo de Problemas Brasileiros II	2	Obrigatória
TOTAL DE DISCIPLINAS SOBRE POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA		25	
CRÉDITOS OBRIGATÓRIAS		97	
CRÉDITOS ELETIVAS		18	